

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.790 - MG (2019/0294748-0)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
IMPETRANTE : RONALDO PIMENTA MENDES
ADVOGADO : RONALDO PIMENTA MENDES - MG176003
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : BRUNO HENRIQUE PIMENTA TOMAZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de BRUNO HENRIQUE PIMENTA TOMAZ contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, no julgamento do *Writ* n. 1.0000.19.108618-0/000.

Depreende-se dos autos que o paciente encontra-se preso preventivamente desde 02/05/2019, pela prática, em tese, dos crimes previstos no artigo 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06 e art. 2.º da Lei n. 12.850/13

Irresignada, a defesa impetrou prévio *writ* na origem, cuja ordem foi denegada.

Aduz o impetrante a ausência de fundamentação a justificar a segregação cautelar imposta ao paciente, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do CPP.

Afirma que o paciente faz jus à prisão domiciliar, uma vez que possui a guarda unilateral de sua filha de 3 anos de idade, nos termos do art. 318, III e VI, do CPP.

Sustenta que não há contemporaneidade entre os fatos atribuídos ao paciente e a prisão cautelar.

Requer a concessão sumária da ordem constitucional para que seja revogada a prisão preventiva ou a sua conversão em domiciliar.

É o relatório.

Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não mais admitir o emprego do *habeas corpus* para contestar decisão contra a qual exista previsão de recurso específico no ordenamento jurídico, **exatamente como ocorre no caso em exame**.

Dessa forma, depara-se com flagrante utilização inadequada da via eleita, circunstância que impede o seu conhecimento.

Contudo, compulsando-se os autos, ao menos em um juízo perfunctório, verifica-se que as teses levantadas na inicial merecem melhor exame, a fim de, no momento processual devido, verificar-se a possibilidade de atuação de ofício deste Superior Tribunal.

Não obstante, mostra-se inviável acolher a pretensão sumária, porquanto há fundamentação suficiente para a denegação da ordem mandamental e manutenção da prisão cautelar, a bem da ordem pública, consoante é possível inferir do seguinte trecho do aresto impugnado (e-STJ fl. 105-106):

[...]

Assim, da detida análise dos autos, percebo que o paciente foi preso em virtude da deflagração de operação da

Superior Tribunal de Justiça

Polícia Civil que visou investigar o tráfico de drogas e delitos a ele relacionados, praticados na cidade de Campo Belo/MG e municípios próximos, oportunidade em que, por meio de quebras de sigilo e interceptações telefônicas legalmente autorizadas, foi constatado o envolvimento de diversas pessoas, dentre elas, o ora paciente.

Consta que Bruno Henrique Pimenta Tomaz, em tese, auxiliava o investigado Samuel Dias Alvarenga, supostamente um dos comandantes da organização criminosa, na mercancia do material ilícito.

Ora, não podemos fechar os olhos para uma situação tão grave como a que trazida no caso em apreço. Fato é que a soltura do paciente poderá ser extremamente prejudicial para toda sociedade, pois o crime de tráfico realiza a difusão da droga no meio social, o que agride fortemente a saúde pública.

Diante dessas circunstâncias, nota-se que a conduta narrada nos autos é extremamente gravosa, de modo que é razoável inferir que a substituição da prisão preventiva por outras medidas cautelares não se revela concretamente suficiente para a prevenção do crime.

[...]

Tais argumentos são suficientes para rechaçar, ao menos nesse momento processual, o alegado constrangimento ilegal de que estaria sendo vítima a parte que se diz coagida.

De mais a mais, a motivação que dá suporte à pretensão liminar confunde-se com o mérito do writ, devendo o caso concreto ser analisado mais detalhadamente quando da apreciação e do seu julgamento definitivo pelo colegiado.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO HABEAS CORPUS. DECISÃO QUE INDEFERE A LIMINAR. RECURSO INCABÍVEL. AUSÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de não ser cabível a interposição de agravo regimental contra decisão de relator que motivadamente defere ou indefere liminar em habeas corpus.

2. Não se verifica na decisão agravada manifesta ilegalidade a justificar o deferimento da tutela de urgência, tendo em vista que a análise do alegado constrangimento ilegal confunde-se com o próprio mérito da impetração e implica análise pormenorizada dos autos, devendo ser reservada à apreciação perante o colegiado, após manifestação do Ministério Público Federal.

3. Agravo interno não conhecido.

(AgRg no HC 393.765/PE, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2017, DJe 25/04/2017)

Diante do exposto, **indefere-se a liminar.**

Superior Tribunal de Justiça

Necessário sejam solicitadas informações ao Tribunal impetrado e ao Juízo singular.

Com as informações, abra-se vista ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator

